



O ESPRAIAMENTO URBANO DE ALTAMIRA-PA APÓS A INSTALAÇÃO DA UHE BELO MONTE

Gabriela Santos Maia da Silva ¹
José Queiroz de Miranda Neto ²

RESUMO

O espraiamento urbano (do inglês urban sprawl) é um fenômeno que vem se intensificando nas cidades brasileiras nas últimas décadas, vinculado principalmente a fatores como aumento da malha viária e maior poder aquisitivo para obtenção de automóveis. Tal processo caracteriza-se sobretudo pelo surgimento de novas áreas urbanizadas em regiões distantes do centro das cidades e a autosegregação de camadas mais elevadas da sociedade que, combinado à periferização de segmentos de baixa renda, contribuem para o agravamento das desigualdades socioespaciais e para a falta de acessibilidade à infraestrutura básica. No contexto amazônico, este fenômeno relaciona-se aos grandes empreendimentos que se lançam e alteram a estrutura intraurbana local. Assim, a presente pesquisa busca analisar os efeitos da instalação de um mega projeto desenvolvimentista, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na forma urbana de Altamira, principalmente quanto a dispersão da sua malha urbana, a configuração socioespacial e a eficácia do sistema de saneamento básico, principalmente elencando como esses acontecimentos impactam os distintos grupos socioeconômicos. Para tanto, propôs-se fazer o apanhado documental dos registros da Prefeitura Municipal, assim como revisão bibliográfica de autores relevantes ao tema, além da elaboração de levantamentos cartográficos e dados secundários pertinentes. Os resultados e discussões apontam o aumento exponencial da malha urbana, os processos de segregação por grupos de renda e a falta de saneamento básico nas zonas periféricas consolidadas após a instalação da UHE Belo Monte, trazendo a reflexão do real desenvolvimento social gerado através do empreendimento.

Palavras-chave: Espraiamento Urbano, Especulação Imobiliária, UHE Belo Monte, Segregação Socioespacial, Saneamento Básico.

ABSTRACT

The urban sprawl, is a phenomenon that has been intensifying in Brazilian cities in recent decades, linked mainly to factors such as the road network increase and higher purchasing power to cars attainment. The urban sprawl is characterized above all by the new urbanized areas appearance in regions far from the city center and the self-segregation from higher layers of society which, combined with the low-income segments peripheralization, contribute to the socio-spatial inequalities worsening and to the lack of accessibility to basic infrastructure. In the Amazon context, this phenomenon is related to large enterprises that are launched and change the local intra-urban structure. Thus, the present research seeks to analyze the installation effects from a large developmental Project, such as the Belo

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestranda (Dinâmicas Territoriais na Amazônia) pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/ UFPA), Campus Universitário Altamira-PA, [gaby.maia.arg@gmail.com](mailto:gaby.maia@ufpa.br);

² Graduado Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação da UFPA (PPGEO/ UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente. Atua como professor titular e pesquisador na UFPA, campus Altamira-PA, do curso de Licenciatura em Geografia e no PPGEO - UFPA, além de coordenar o Laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos (LEPURB), mirandaneto@ufpa.br;

Monte Hydroelectric Power Plant, in Altamira urban form, mostly regarding to the dispersion of its urban network, the socio-spatial configuration and the basic sanitation system effectiveness, mainly listing how these events impact different socioeconomic groups. For this purpose, it was proposed to carry out a documentary collection from the City Hall records, as well as a bibliographic review of relevant authors to the topic, in addition to the cartographic surveys preparation and pertinent secondary data. The results and discussions point to the exponential urban network increase, the different segregation processes by income groups and the lack of basic sanitation in the peripheral consolidated areas after the Belo Monte HPP installation, bringing the reflection of the real social development generated through the enterprise.

Keywords: Urban Sprawl, Real Estate Speculation, Belo Monte HPP, Socio-Spatial Segregation, Basic Sanitation.

INTRODUÇÃO

A proximidade espacial de pessoas e equipamentos foi desde a origem das cidades uma das características desse tipo de aglomerado humano, estando em consonância a perspectiva proposta por Lefebvre (1992) de centralidade como local de encontro e simultaneidade de usos. Entretanto, é evidente a crescente dispersão dos tecidos urbanos brasileiros, marcados por acentuadas discontinuidades e gerando a paradoxal combinação de aumento da população, aumento do perímetro urbano e diminuição da densidade habitacional (SPOSITO, 2010).

Este processo de expansão descontinuada está atrelado principalmente ao período de pós revolução tecnológica. Dentre os fatores vinculados a este movimento está o maior suporte tecnológico e de comunicação que provocou a intensificação dos sistemas de circulação e consequente aumento da malha viária, assim como o acesso da população, a nível de consumo, aos automóveis individualizados (CORREA, 1995). Com isso, houve o esgarçamento da malha urbana, e um constante processo de expansão, ou melhor, de espraiamento urbano (terminologia advinda do inglês urban sprawl).

Tal fenômeno ocorre devido a inserção de novas áreas urbanizadas em regiões distantes do centro das cidades, vinculando-se sobretudo a autossegregação de camadas mais elevadas da sociedade que, combinado à periferização de segmentos de baixa renda via produção irregular ou conjuntos habitacionais, contribuem para o agravamento das desigualdades socioespaciais, além de acarretar na falta de infraestrutura básica, uma vez que o Estado não consegue acompanhar o acelerado processo de urbanização existente, sobretudo nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Acompanhando a tendência nacional, as cidades amazônicas, em especial as cidades médias do Pará, tem vinculado ao seu crescimento regional disperso a inserção de mega empreendimentos que alteram a conjuntura urbana da cidade em uma organização peculiar de

Urbanodiversidade, caracterizado pela sua inserção a economia mundial e pelo uso das suas potencialidades em prol do capitalismo, em uma abordagem que vê tal região como recurso ou/e reserva econômica natural; um local “vazio” em que seus povos nativos são por vezes invisibilizados (TRINDADE JR, 2015; NAHUM, 2012).

No caso de Altamira a alteração urbana mais significativa ocorreu após a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, com construção de 2011 a 2016. A UHE Belo Monte fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que fomentava o desenvolvimento do país através do estímulo em obra de infraestrutura. Sua construção desenvolvimentista visou a expansão energética do Brasil, embora representasse significativas alterações quanto ao ecossistema e malha urbana local.

Logo, ocorreu de forma desarticulada com a realidade da cidade, resultando em comunidades inteiras remanejadas compulsoriamente de suas moradias e impulsionando, através dos maciços investimentos, a construção de gigantescos empreendimentos imobiliários que fizeram aumentar expressivamente a malha urbana sem que a mesma fosse estruturada satisfatoriamente com serviços e equipamentos urbanos, causando o agravamento das desigualdades socioespaciais.

Dada a relevância do tema exposto utilizou-se para o desenvolvimento do artigo o apurado levantamento documental dos registros oficiais da Prefeitura Municipal, assim como revisão bibliográfica dos autores que abordam sobre espraiamento urbano e crescimento urbano em Altamira, principalmente englobando seu contexto histórico e de estrutura intraurbana, para assim entender as principais mudanças espaciais e de re-estruturação após a instalação da UHE Belo Monte. Além deste aparato bibliográfico, elaborou-se levantamentos cartográficos e dados secundários pertinentes ao tema.

Por fim, perante a análise, buscou-se elencar os principais efeitos da implantação de um grande empreendimento desenvolvimentista para a malha urbana altamirense, sobretudo o grau do espraiamento urbano existente, evidenciado pelo aumento da segregação socioespacial, além da necessária melhoria nos serviços básicos, como água e esgoto. Procurou-se também trazer a reflexão quanto a inexistência de um real desenvolvimento social pós UHE Belo Monte uma vez que o mesmo priorizou o crescimento econômico dos entes detentores do capital e secundarizou grande parte da população.

Julga-se que a método mais adequado aos objetivos dessa pesquisa é o materialista histórico e dialético que permitindo visualizar a realidade altamirense como um processo de constante movimento contraditório, evidencia as forças que se instauraram e ainda estão presentes dentro do mosaico interno/ externo da cidade (KONDER, 2004).

Para tanto, utilizou-se de levantamento documental dos registros oficiais da Prefeitura de Altamira, principalmente daqueles que contém as principais leis e registros de aprovação dos loteamentos que favoreceram a especulação imobiliária, assim como as plantas dos loteamentos que foram aprovados, para assim inferir sobre a quantidade de vazios urbanos presentes na cidade. Além disso, utilizou-se da análise da licença ambiental da UHE Belo Monte, principalmente no tocante as condicionantes que incluíam a construção da infraestrutura de saneamento e fornecimento de água, e suas principais falhas.

Realizou-se revisão bibliográfica dos autores que abordam sobre espraiamento urbano, pesquisadores e resistências que versam sobre o crescimento urbano de Altamira na última década e suas mazelas. Somado a estes, elaborou-se levantamentos cartográficos e dados secundários, entre eles IBGE, tornando possível a comparação da distribuição socioeconômica e de adensamento populacional entre bairros.

URBANIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO URBANO

O estudo sobre o espraiamento urbano, difundido pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 1960, é rico e abundante, não se restringindo às fronteiras desse país. Este fenômeno está presente em todo o globo, em espaços e tempos diversos, recebendo também nomenclaturas diferentes, refletindo assim, a percepção de determinados autores, assim como, as novas e peculiares dinâmicas socioespaciais que interverem na estrutura urbana de cada local, sendo observadas através de suas formas e conteúdos.

Reis (2015) aponta, utilizando-se do termo urbanização dispersa, que o processo de espraiamento urbano brasileiro ocorreu e continua a ocorrer como parte de duas outras transformações mais amplas: o grande aumento demográfico nas cidades, iniciado por volta de 1940, e a modernização capitalista, instaurada na década seguinte.

Para o autor houveram transformações importantes nas esferas do setor industrial, de serviços, transportes e de habitação (com incremento do mercado imobiliário). Através das inovações nos setores de transportes e comunicações promoveu-se a descentralização das unidades industriais, de comércio e de serviços, além da dispersão das áreas residenciais, assim

postas em resposta a significativa demanda populacional, advinda do exôdo rural, e através da valorização da terra urbana enquanto capital. Logo, surgiram-se aglomerações urbanas metropolitanas e semi metropolitanas, bem como um número significativo de polos isolados em determinadas regiões do país (REIS, 2007).

Para Catalão (2015, p.258-259), por mais que haja nomenclaturas diversas o espraiamento urbano, em uma abordagem mais precisa quanto seu significado, principalmente o brasileiro, precisa conter como características primordiais os seguintes elementos:

- (i) crescimento territorial acentuado;
- (ii) diminuição progressiva das densidades no sentido centro-periferia, marcada, contudo, por alternância de áreas de alta e baixa densidades;
- (iii) perda da continuidade territorial urbana;
- (iv) ampla segmentação social, ampliada pela importância das desigualdades na estrutura social e, por conseguinte, espacial.

Sposito (2009), utilizando-se dos termos urbanização difusa e cidade dispersa, menciona o contraditório movimento vivenciado nas últimas décadas em que prevalece a autoss segregação, mediante barreiras físicas e/ou isolamento espacial, de camadas mais abastadas da cidade. Assim, é neste tipo de aglomerado urbano que há:

[...]novas práticas socioespaciais, marcadas pela fragmentação, pela seletividade socioespacial e justificadas pelo espectro da (in)segurança urbana, a urbanização difusa é, ela mesma, um atalho para a negação da própria cidade, compreendida nos termos em que, na longa duração, podemos perceber-la como espaço das diferenças (SPOSITO, 2009, p. 46)

Limonade (2011), Sposito (2010), Ojima (2007), Abramo (2007) e vários outros autores vêm estudando o processo de dispersão, dentro de vários contextos urbanos, e apontam para a formação de malhas urbanas mais complexas e diversificadas, numa espécie de pluralização das formas e dos conteúdos espaciais. Em outras palavras, existe a formação de novas morfologias urbanas marcadas pela sobreposição de estruturas monocêntricas passadas (do padrão centro e periferia), juntamente com estruturas atuais multi(poli)cêntricas. Como resultado há a quebra da configuração espacial da periferia composto somente por assentamentos precários. A “pluralidade” das novas formas e conteúdos da periferia, contudo, não representa uma diversidade socioespacial, pelo contrário, representa a tensão territorial de classes sociais distintas que habitam a mesma área.

Através das exposições, percebe-se as origens e consequências do espraiamento urbano em um contexto mais amplo. Pretende-se avaliar e discutir de maneira mais aprofundada sobre o espraiamento urbano de Altamira, principalmente, após a instalação da



usina hidroeétrica de Belo Monte, para tanto elaborou-se um apanhado histórico compondo seus marcos principais de crescimento, conforme a seguir.

EVOLUÇÃO URBANA DE ALTAMIRA

Altamira é um município do Estado do Pará, localizado na região fisiográfica do vale do Xingu, pertencente a Mesorregião do Sudoeste paraense e exercendo a função de centro sub-regional (Fig. 01), tendo sob sua influência os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (IBGE, 2018).

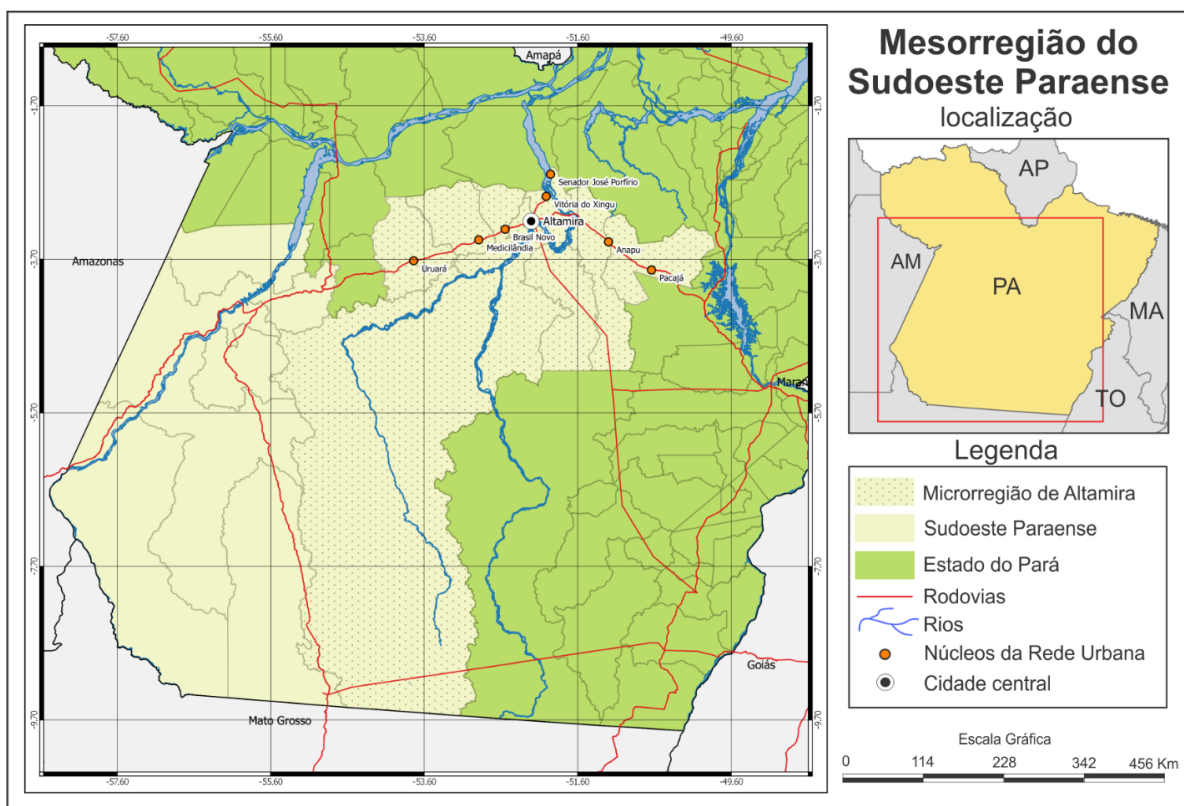


Fig. 01 – Localização e área de influência da Sede de Altamira – PA.

Fonte: MIRANDA NETO, 2015

Criada em 06 de novembro de 1911, de acordo com a Lei Estadual nº 1.234 (ALTAMIRA, 2015), conta com uma área de 159.533,306 km² que a torna o maior município do país e o terceiro maior do mundo em extensão territorial. Correlacionado a isto, sua população de 126.279 habitantes faz a densidade demográfica deste município ser uma das menores do país, 0,79 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

Desta população boa tarde está localizada na sede do município, em uma mancha urbanizada de 37,74 quilômetros quadrados (IBGE, 2019), trazendo consigo um percentual maior para a densidade populacional, em uma visão mais clara de aglomerado urbano, todavia tornando-se pouco significativo quando levado em consideração seu vasto território de áreas



de preservação e conservação, compondo o que Becker (2004) chama de Selva Urbanizada, uma “fronteira econômica e tecnoecológica” no contexto territorial brasileiro.

No processo de crescimento urbano de Altamira, aqui colocado como o movimento de expansão da sede, ocorreu o desenvolvimento urbano pautado em três momentos principais que marcaram a evolução populacional e o aumento da malha urbana, a saber: a exploração da borracha, a abertura da transamazônica e por fim, a fase de preparo e instalação da UHE Belo Monte. Tais marcos representam, cada qual a sua maneira, a transformação da estrutura intraurbana compacta e de relação com o rio, para uma estrutura intra e interurbana dispersa e com forte vínculo com os eixos viários do país. Migrando do padrão espacial que valorizava os elementos dos ecossistemas existentes, no que é denominado por Porto-Gonçalves (2001) de “rio-várzea-floresta” para o padrão “rodovia - terra firme-subsolo” de integração viária e pautado nos interesses do mercado capitalista globalizado, comportando-se, conforme Trindade Jr (2015), como uma cidade na floresta, e não mais, cidade da floresta.

Neste sentido o surgimento de Altamira como município e seu primeiro salto de desenvolvimento se deu perante a exploração econômica da borracha, e com ela, a inserção dos primeiros equipamentos urbanos, como energia elétrica, prédios para saúde, comércio e educação (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012). Na época, o município era eminentemente rural, a cidade apresentava pequena dimensão territorial e demográfica, sendo desenvolvidos somente por via fluvial os deslocamentos de mercadorias e de passageiros. Em linhas gerais, a estrutura intraurbana altamirense da era da borracha lembrava o modelo de “cidade compacta” proposto por Borsdorf (2003) que embora de tempo-espacos diferentes detinham o mesmo tipo de ordenamento de cidade, o colonial latino-americano (1580-1820).

Durante este período, há o desenvolvimento e transformação contínua da cidade que perdura até a década de 1940, onde após o declínio da era da borracha, Altamira experimenta uma fase de estagnação e retração que só se modifica durante as intervenções Estatais de Integração Nacional (MIRANDA NETO, 2016).

O segundo momento de desenvolvimento urbano foi iniciado a partir da década de 1970, sendo marcado pela abertura da rodovia Transamazônica e pelas tentativas de integração e implantação de projetos de colonização agrícola, ocorridos através dos Planos de Integração Nacional - PIN e pelo Projeto de Integração de Colonização - PIC, além de posteriormente, em decorrência a crise do petróleo de 1973, darem início ao programa Polamazônia, cujo objetivo era de desenvolver 15 polos de crescimento em pontos estratégicos da região Amazônica, dentre eles Altamira.

Nesta fase, houve o crescimento demográfico do núcleo urbano e da zona rural

altamirense, alcançado, primeiramente, pelo expressivo fluxo migratório regional e nacional, de regiões do sul e, principalmente, nordeste do Brasil, todos eles atraídos pela expectativa de melhores condições de vida.

Através do imaginário de prosperidade instaurado naquele momento, propagados em jornais e revistas, no qual se pregava a Amazônia como local intocado e berço de imensas riquezas, e atrelado a incentivos fiscais importantes como a criação dos programas de colonização ao longo da BR 230, a oferta de crédito rural e a promessa de acesso a lotes milhares de pessoas migraram para o local em um processo tão feroz que chegou à média de 250 pessoas por dia (LOBO; TOURINHO ;COSTA, 2017).

Como Altamira assumiu o papel de polo regional, rurópolis, no sistema de urbanismo agrícola do PIC e depois serviu como sede do programa da Polamazônia foi necessário o incremento de infraestrutura, onde foram implantadas instituições de apoio técnico agrícola e social, obras de saúde, saneamento, drenagem, pavimentação e construção de escolas de ensino fundamental e médio, assim como a construção de aportes para melhoramento do sistema de circulação, como a obra da orla do cais, novo aeroporto e terminal rodoviário (ALTAMIRA; PROJECTUS, 2003), que propiciaram e intensificaram a expansão da malha urbana, e com ela, a construção de loteamentos e invasões, em um processo dialético que levou a população urbana local suplantaram a rural ainda na década de 1970.

Durante a década seguinte, em 1980, continua a ocorrer o crescimento urbano na cidade de Altamira entretanto, este já começa a ser alimentado não mais pela crença de prosperidade agrícola mas sim pela falência dos projetos de colonização do PIC e, conseqüente, êxodo rural da sua população. Sua sociedade migrante agora é constituída por ribeirinhos, indígenas desterritorializados e colonos do interior do município que vieram pra cidade em busca de melhores qualidades de vida já que os incentivos ao pequeno produtor não estavam sendo viabilizados, fazendo aumentar a malha urbana e a demanda por lotes urbanos e habitações (Tabela 01). Logo, há o aumento mais que duplicado da malha urbana inicial. Contudo, mesmo com o grande fluxo migratório, ainda existe uma coesão e continuidade da malha urbana altamirense que só é quebrado com a implantação das áreas militares, 51º Batalhão de Infantaria de Selva, afastadas do centro (LOBO; TOURINHO;COSTA, 2017).

Tabela 01 - Relação da População Urbana e os Loteamentos de Altamira (1970 – 2000)

Década	Nº de Loteamentos	%	Nº de Lotes	%	População Urbana	incremento populacional e %
1970 - 1980	11	27,5%	2.908	19,5%	26905	**21.000 (355,63 %)
1980 - 1990	16	40%	6.711	45%	50145	23.240 (86,37 %)
1990 - 2000	4	10%	1.036	6,95%	62285	12.140 (24,20 %)
2000 - 2010	9	22,5%	4.248	28,5%	84092	21.807 (35,01 %)
Total	40	100%	14903	100%		

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN) e 1ª Ofício de Notas de Altamira. IBGE (1970-2010) apud Dias, 2022.
**taxa de aumento populacional levando em consideração a população da década de 1970 (5905 hab)

É nesta conjuntura de efeitos oriundos da reorganização Estatal, via Polamazônia, e ruptura ao atendimento do pequeno produtor por parte do INCRA que surgiram as ocupações em áreas ditas como irregulares, próximas dos igarapés Ambé e Altamira, assim como nas proximidades do rio Xingu, com cotas sujeitas a inundações em alguns períodos do ano. Assim, como forma de mitigar as citadas adversidades físicas instaurou-se nestes locais habitações do tipo palafitas. Os aglomerados subnormais, como presume o nome, eram precários e dispostos de forma densificada nas intermediações dos bairros centrais e favoreceram a estrutura intraurbana compacta, embora representassem a desigualdade social instaurada na cidade.

Na década de 1990, a taxa de aumento do número de moradores urbanos se reduz, decorrente do insucesso do projeto de urbanismo rural e da incapacidade da economia local crescer, o que reflete inclusive na diminuição na produção de lotes habitacionais. Assim, a cidade só volta a desenvolver-se na década seguinte mediante o início dos trâmites de algumas obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, assim como algumas medidas governamentais de acesso a casa e veículos.

O década dos anos 2000 marca como um momento em que há a retomada das produções dos loteamentos habitacionais e crescimento da população, resultado das especulações imobiliárias dos preparativos da pavimentação da Transamazônica e da construção da UHE Belo Monte, assim como o acompanhamento do crescimento econômico nacional vinculado ao acesso à linhas de crédito para a obtenção de casas, disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, e de automóveis e motocicletas.

De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2002; 2010 apud LOBO, TOURINHO, COSTA, 2017), no município em questão, o número de motocicletas saltou de 3.762, em 2002 para 12.631, em 2010, o que correspondeu a um crescimento de 235,8%, refletindo também na frota de carros que se expandiram de 1.815 para 3.855 no



mesmo período, ou seja, 112,4%. Tais dados inferem o maior acesso a bens de consumo de camadas de renda baixa e média o que estimulou, o tradicional processo de deslocamento destas em direção a áreas periféricas e, portanto, de menor preço em relação ao centro urbano.

Percebe-se que a lógica de produção dos loteamentos habitacionais dentro deste período ainda estava ligada a agentes locais que supriam demandas vistas como suficientes para a população, embora sob influência da mobilidade automotiva e de expansão horizontal preponderante, estas se restringiam a um perímetro coeso e faziam com que a malha urbana se comporta-se de forma compacta (Fig. 02), mesmo com a existência de alguns vazios urbanos, estes em sua maioria, estavam relacionadas à presença dos cursos d'água que cortam a cidade. Entretanto esta lógica se quebra logo após o processo de construção da barragem no qual por seus maciços investimentos atraiu incorporadoras exógenas e com uma lógica imobiliária capitalista totalmente diversa que alterou a forma urbana e iniciou um processo de mudança intraurbana na cidade, o que irá ser discorrido a seguir.

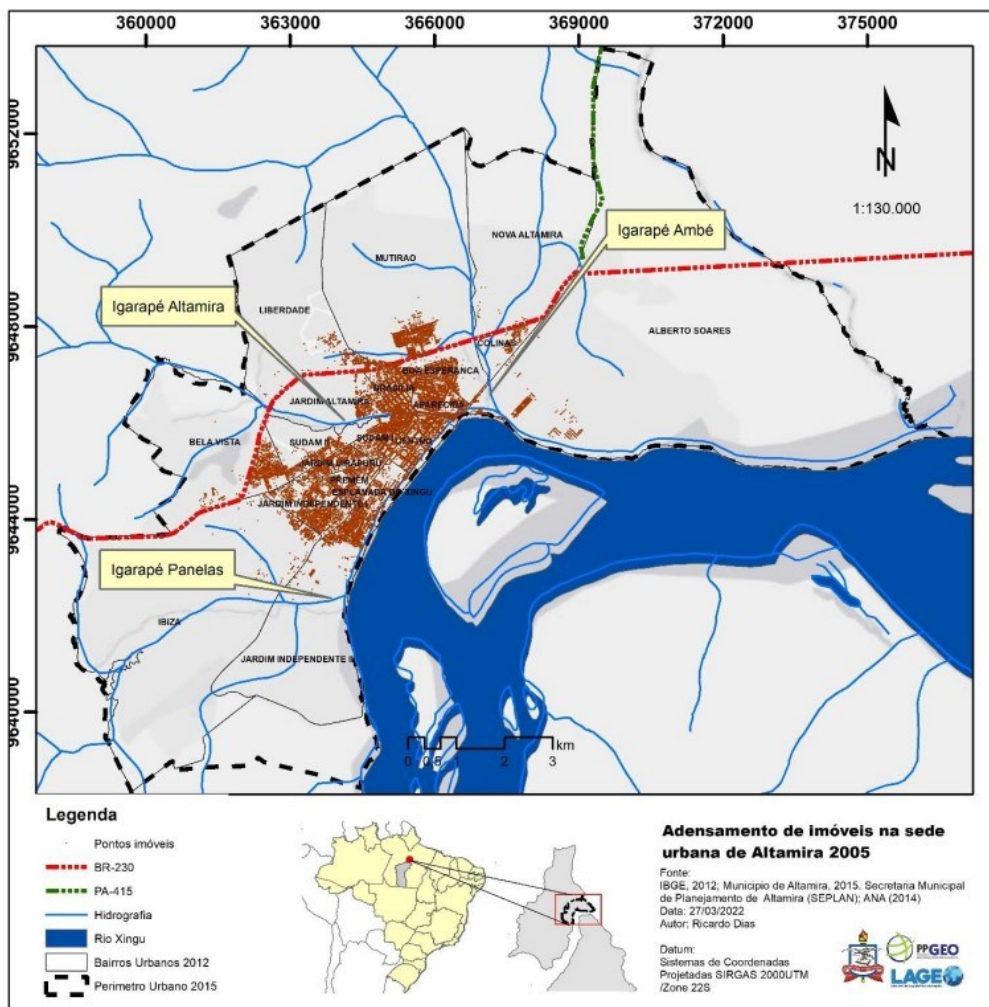


Fig.02 – Adensamento de Altamira até o ano de 2005.

Fonte: DIAS, 2022

EFETOS DA BARRAGEM DE BELO MONTE: O EMPREENDIMENTO COMO CATALISADOR DO ESPRAIAMENTO URBANO EM ALTAMIRA

A construção da hidrelétrica de Belo Monte é um projeto capitalista que aconteceu de forma intensa e alterou significativamente a realidade da sociedade local. Comunidades inteiras foram remanejadas de suas moradias por estarem em áreas vulneráveis a inundação, assim como o grande fluxo de mão de obra para construção da barragem e investimentos maciços no local fizeram com que a especulação imobiliária aumentasse, gerando fenômenos como gentrificação e a construção de grandes empreendimentos imobiliários.

Em resposta a estes fatores a malha urbana da cidade aumentou de forma exponencial. Percebe-se que em um curto espaço de tempo, de 2010 a 2015, o contingente territorial aumentou em mais de 70% em relação a malha urbana medida em 2010, de 2.200 hectares (MIRANDA NETO, 2016). Como principais vetores de dispersão neste processo estiveram: os reassentamentos urbanos, os loteamentos habitacionais privados e os conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida (Fig. 03).

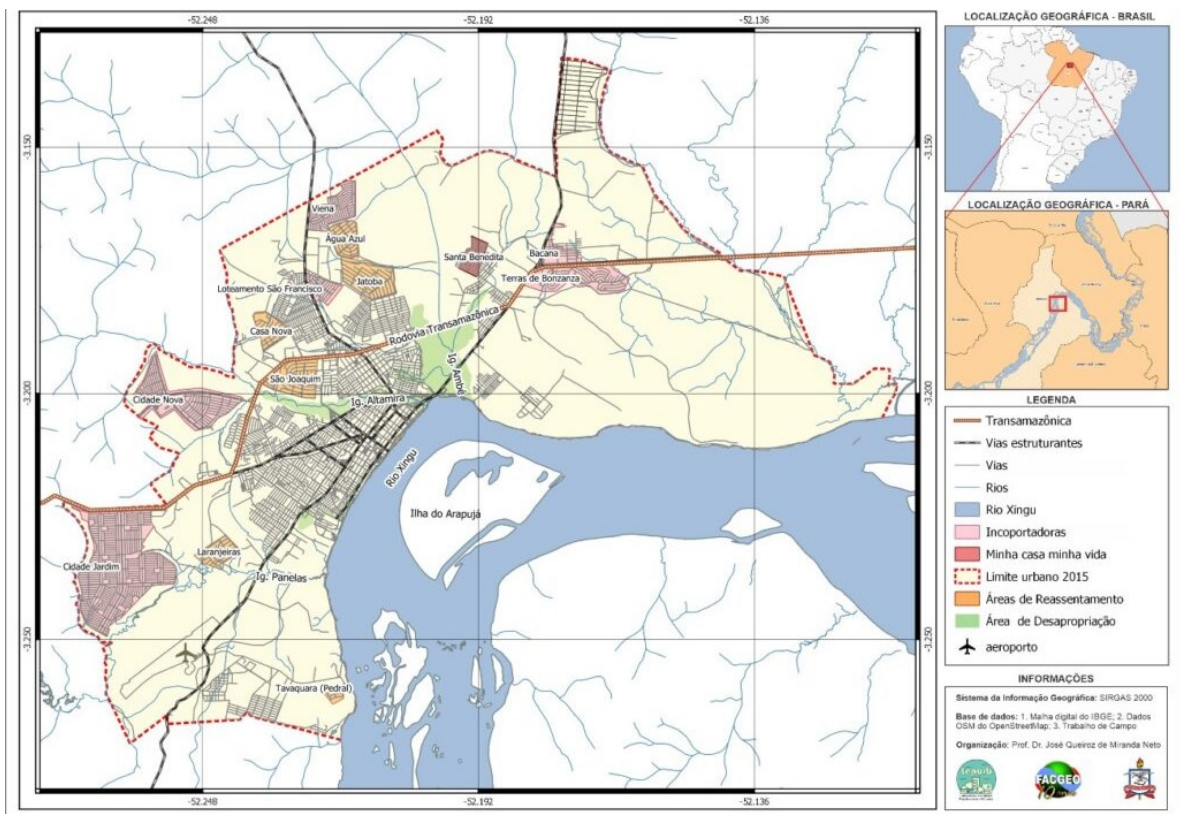


Fig.03 – Principais Loteamentos produzidos entre 2010 e 2020 em Altamira.

Fonte: MIRANDA NETO, 2020

Os reassentamentos urbanos coletivos – RUC representam o primeiro movimento de espraiamento da cidade de Altamira. Tais conjuntos compunham uma estimativa de 4181 residências e tinham sido planejados para integrar o tecido urbano e oferecer moradia de qualidade para a população atingida pela barragem. Porém, mediante a forte pressão imobiliária, tais habitações foram realocados para as franjas da cidade, pela inexistência de disponibilidade de terrenos na área central, onde grandes proprietários passaram a ver em suas terras oportunidades de rentabilidade (HERRERA; MIRANDA NETO, 2017).

Gerou-se assim, um processo de segregação social no qual populações pobres que antes moravam em palafitas dispostas na porção central da cidade, próximo aos igarapés Ambé, Altamira e rio Xingu, servidas de toda gama de equipamentos urbanos e mantendo relação recreativa e de subsistência direta com os corpos hídricos, foram compulsoriamente transferidos para locais mais afastados, o que não representou de fato uma solução ao problema da qualidade de vida da população carente, mas sim a transferência desta para longe dos locais de “visibilidade”.

A média da distância destes conjuntos habitacionais a área central da cidade foi de 4 quilômetros chegando em seu reassento mais distante a atingir 13 quilômetros (RUC Tavaquara), o que dentro do prisma outrora compacto e levando em consideração a ineficiência do sistema de transporte público local, de apenas 7 microônibus, representou um significativo limitante espacial. Fazem parte destes conjuntos: RUC Água Azul, RUC Casa Nova, RUC Jatobá, RUC Laranjeiras, RUC São Joaquim e RUC Tavaquara (SOARES, 2022; MIRANDA NETO, 2016).

Paralelo as manchas de dispersão dos reassentamentos urbanos, outras grandes glebas anteriormente rurais, ainda mais distantes do centro, mas próximas das vias estruturantes, se transformaram em loteamentos onde as empresas incorporadoras dominaram. Tais empresas viram a chamada “*janela imobiliária*” de Altamira e se fixaram no local com a promessa, expressa por marketing e propaganda intensiva, de melhora na qualidade de vida e garantia de investimento e capital futuro para a população. O “surto” desses grandes empreendimentos se justifica principalmente por os mesmos estarem cientes do tempo necessário para a construção da barragem, que foi pouco menos de uma década, logo, se posicionaram de modo a conquistar o máximo de clientes em curto espaço de tempo, precisamente nos 5 primeiros anos de empreendimento, Tabela 02.



Tabela 02 - Incorporadoras que atuaram na dispersão de Altamira

Empresa	Descrição	Nome Comercial	Data de Registro Prefeitura	Nº Lotes	Hect
Direção Norte Incorporadora	A empresa foi criada em 2011 com sede em Altamira e está ligada ao Grupo Bastazini, do empresário Maurício Bastazini, ex-prefeito de Altamira (1993- 1996). O Grupo é constituído de 12 empresas e atua nos estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Macapá e Roraima nos ramos automotivo, agropecuário e imobiliário	Terras de Bonanza	18/06/2012	6.615	471
Buriti Empreendimentos Imobiliários	Com sede em Parauapebas-PA, iniciou as atividades em 2003 e está presente em 37 cidades dos estados do Pará, Tocantins, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde já comercializou mais de 126 mil terrenos.	Cidade Jardim	18/12/2012	11.378	382
Nova bairros planejados	Formada pela associação entre o Grupo Nova Carajás de Brasília com o Grupo São Francisco de Assis, empreendedores do ramo de supermercados, shopping centers e comercialização de imóveis em cidades do interior, com atuação em cidades do Pará, Goiás e Tocantins. Até 2015 já havia lançado mais de 24 mil terrenos.	Cidade Nova	18/12/2012	7.000	304
Brasil Desenvolvimento Urbano (BRDU)	É formada pela união de quatro importantes empresas: a GINCO, a CBL, a TERRANO e a JFG, todas atuantes na área de condomínios horizontais. Sediada em Goiânia-GO, atualmente consolida suas atividades nos estados do Pará, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo.	Viena	23/10/2013	2.458	70
Mac Empreendimentos	Sediada na cidade de Goiânia, atua no mercado imobiliário desde 1978, com mais de 30 empreendimentos e 20.000 lotes comercializados nos estados de Goiás e Pará.	São Francisco	01/10/2012	709	32
Total				28160	1259

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN). MIRANDA NETO (2023).



Após o começo das obras da usina, em 2011, iniciou-se a construção destes grandes empreendimentos imobiliários que em 2015 já contavam com mais de 28 mil lotes para compra, o que comparado ao contexto histórico altamirense representava uma discrepância no número de loteamentos e na quantidade destes lotes (Tabela 03), o que foi refletido no tamanho da malha urbana, que ficou dispendiosa e rarefeita, representando um aumento de 58,9%, somente de loteamentos, em relação a sua malha de 2010 (MIRANDA NETO, 2016).

Década	Nº de Loteamentos	%	Nº de Lotes	%	Pop. Urbana	Incremento populacional e %
1970 – 2010	40	58%	14.903	28,5%	5905-84.092	78.187 (1324 %)
2010 - 2020	29	42%	37.388	71,5%	84.092 - 107.000	22.908 (27,24 %)
Total	69		52291			

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN) e 1ª Ofício de Notas de Altamira. IBGE (1970 -2020) apud Dias, 2022.
**Estimativa para a população urbana de Altamira obtida através da população total do município, segundo o IBGE 2022, de 126.279 e que segundo estudos é de aproximadamente de 85%

No auge da construção da UHE Belo Monte, meados de 2014, estima-se que houve uma população de cerca de 140.808 habitantes (SILVA, 2020 apud Norte Energia, 2012) e com ela existiu o crescimento econômico da cidade que tem como característica ser um polo de serviços para a região. Contudo, conforme as obras iniciaram suas etapas finais houve o êxodo populacional e menor fluxo financeiro no local, o que afetou diretamente a cidade. Muitas das pessoas que compraram os terrenos pensando em vendê-los em médio prazo amargaram prejuízos e fizeram atenuar a presença de vazios urbanos na cidade.

Segundo Dias (2022), o total de domicílios ou edifícios existente em toda a sede urbana altamirense, cerca de 35.919 imóveis via vetorização manual, fica pouco abaixo dos 37.388 lotes disponibilizados somente nos últimos 15 anos, ou mais precisamente entre 2010 e 2017, traduzindo assim que muitos dos lotes produzidos ainda não foram construídos ou encontram-se em processo de especulação/ negociação, uma vez que muitas habitações altamirenses datam de períodos anteriores, nos bairros históricos da cidade.

Neste processo de especulação imobiliária há a importância do ente público como facilitador do crescimento capitalista, promulgando, perante leis, o aumento do perímetro urbano em 2011, 2012 e 2015, estando esta última ainda em vigor. A alteração e aumento do perímetro urbano se deu, majoritariamente, para incorporar áreas onde foram instalados os empreendimentos das incorporadoras, a saber: Terras de Bonanza, Cidade Jardim - Buriti, Cidade Nova, Viena e São Francisco; assim como, incluir dentro do perímetro urbano os RUCs

os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Esta decorrente do grande déficit habitacional existente.

A localização dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida só corrobora para a dispersão e maior segregação da população altamirense, além de representar negligência social do Estado em um local altamente impactado por um projeto hidrelétrico nacional. Dos dois residenciais propostos somente um dos projetos, o residencial Santa Benedita, realmente foi executado. Sendo construído e entregue a população com 958 residências em 2012, distante a cerca de 6 quilômetros do centro, mais distante inclusive do que a maioria dos RUC.

O segundo conjunto habitacional, residencial Ilha do Arapujá, se tivesse sido finalizado, iria dispor 1.444 residências para a população altamirense. No entanto, as obras do residencial foram marcadas por problemas diversos que impediram a sua continuidade, como os problemas salariais e de precárias condições de trabalho, que levaram o empreendimento a ser embargado. Todavia, caso fosse entregue a população representaria mais um aglomerado urbano disperso, reafirmando a dicotomia segregadora centro - periferia, com distância de aproximadamente 9 quilômetros dos principais equipamentos urbanos.

CONSEQUÊNCIAS DA DISPERSÃO URBANA EM ALTAMIRA

Todos estes empreendimentos habitacionais impulsionados pela instalação da UHE Belo Monte fizeram a cidade mais que expandir seu tamanho, em poucos anos houve um processo que resultou em uma forma desconexa e em “bolhas”, distinguidas conforme o seu perfil socioeconômico. Esse crescimento não foi acompanhado de melhorias expressivas nos serviços públicos e em equipamentos urbanos. O terreno urbano cresceu enquanto mercadoria, porém sua infraestrutura de saneamento não o acompanhou. Atualmente, há milhares de habitantes que sofrem com a ineficiência do sistema público, principalmente quanto ao fornecimento de água (Fig 04).

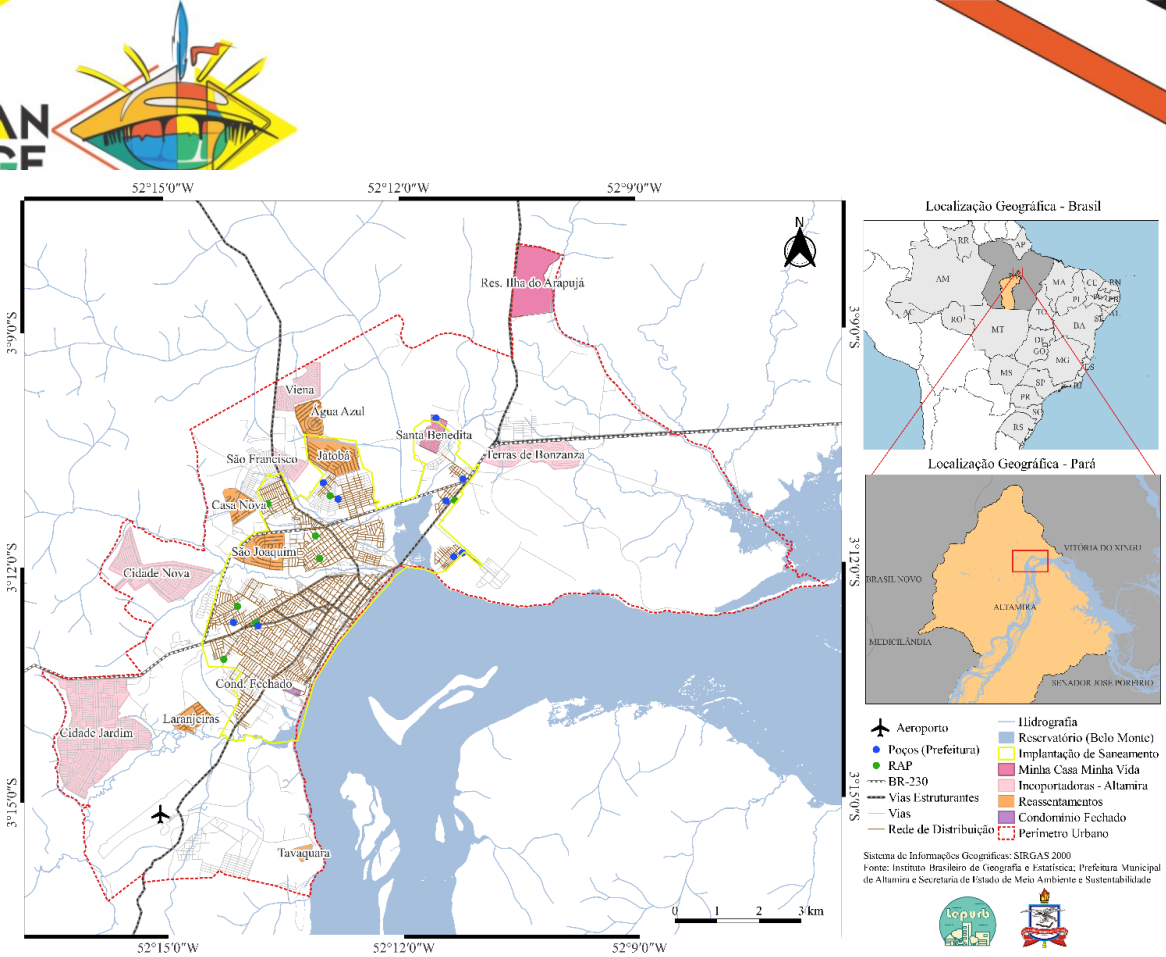


Fig.04 – Cobertura da rede de distribuição de água em Altamira.
Fonte: Autor, 2023

Esta situação embora alarmante não deveria ocorrer já que no Projeto Básico Ambiental (PBA) da hidrelétrica delimitou-se como meta universalizar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto para toda a área urbana de Altamira. O projeto de saneamento, no entanto, foi feito considerando apenas a poligonal urbana referente ao Plano Diretor Municipal de 2009, anterior à construção da barragem. O caráter permissivo do Estado se mostrou, em âmbito federal, principalmente por não atualizar e obrigar o cumprimento desta condicionante levando em consideração o perímetro urbano mais atual até a finalização da obra; e em âmbito municipal, por não segurar, mediante gestão e planejamento urbano, a dispersão dos loteamentos. Estas medidas seriam justificadas, tanto em nível federal quanto municipal, pois, era evidente o crescimento urbano após a inserção deste empreendimento.

Em junho de 2016, a prefeitura chegou a entrar na Justiça Estadual com uma ação civil pública contra a concessionária do empreendimento, Norte Energia, contestando o cumprimento da citada condicionante e alegando passar por graves problemas de abastecimento de água. Desde então, tal problema se tornou recorrente e ainda resultou em avanços, no sentido de aumentar a poligonal de saneamento pela Norte Energia, porém em proporções irrisórias se levada em consideração a totalidade da área urbana. Atualmente a responsabilidade quanto ao saneamento, incluindo sua manutenção e ampliação, já está em mãos da prefeitura.

É preocupante a insuficiência do saneamento na cidade de Altamira porque a mesma



fica 40 km acima do barramento da hidrelétrica, sujeita à influência da formação do reservatório. Portanto, o funcionamento adequado do sistema de saneamento é fundamental para evitar a contaminação dos corpos d'água e das águas represadas do Xingu, representando riscos à saúde da população e ao meio ambiente (ESTRONIOLI, 2022).

Neste prisma, os locais onde o abastecimento de água são falhos são justamente nos pontos distantes da malha urbana consolidada, na periferia econômica e social da cidade. Os RUC, por exemplo, embora tenham sido planejados para satisfazer a condicionante de instalação da UHE Belo Monte, tendo que supostamente garantir moradia e saneamento de qualidade, apresentam na realidade um sistema de saneamento precário, a ponto de protestos e medidas judiciais, via ministério público, serem feitas para tentar solucionar a falta d'água que chega a perdurar por mais de 2 semanas (G1 PARÁ, 2022).

Paralelo às manifestações nos RUC, há a insatisfação de muitos dos proprietários de loteamentos que hoje encontram-se sem infraestrutura de qualidade e irregulares juridicamente por não apresentarem índices mínimos exigidos por lei federal e municipal (BRASIL, 1979; ALTAMIRA, 2003), assim como pela própria morosidade do ente público em estabelecer os mesmos como de responsabilidade do município. Dentre os loteamentos aprovados pela prefeitura, somente o loteamento Cidade Nova já está sob responsabilidade municipal, estabelecida em 2023, por contar com infraestrutura e suporte de equipamentos urbanos, sendo estes inclusive, de elevado padrão, como shopping center, Instituição de nível superior e hipersupermercado únicos na cidade, indicando também o perfil elitista e de formação fragmentadora para a cidade.

Não obstante, é inevitável que em dado momento próximo, tais loteamentos serão validados e mais responsabilidades em áreas longínquas serão incorporados pela Prefeitura Municipal de Altamira, atenuando a problemática do atendimento de saneamento para a população, já que atualmente a mesma já se mostra falha:

O diagnóstico realizado pela prefeitura, em 2021 classificou a situação do abastecimento de água na rede entre "abastecimento constante", deficitário e sem abastecimento, sendo 162,91 km (53,7%) de rede de abastecimento constante, 82,90 km (27,3%) deficitário e 57,52 km (18,9%) sem abastecimento, do total de 303,33 km de extensão (ISA; MAB, 2022, p. 24).

Através dos resultados e discursões elencados no artigo, percebe-se que a falta de saneamento básico nas regiões periféricas da Altamira é uma adversidade pertinente e que deve ser sanada para garantir bem estar e evolução da sua população. Este problema não se restringe a realidade altamirense e é percebida também no cenário brasileiro como um todo. Dentre suas causas está o processo acelerado de urbanização enfrentado nas últimas décadas, sobretudo com seu caráter disperso, que privilegia a cidade como mercadoria, e como tal, não acompanha as necessidades dos seus mais desprovidos financeiramente. Logo, tais pessoas ficam à margem da sociedade e sem equipamentos urbanos básicos como esgoto e fornecimento de água, o que reflete diretamente na sua saúde e qualidade de vida.

No caso de Altamira esta problemática é ainda mais perturbadora por relevar que mesmo com a construção de um grande empreendimento hidrelétrico onde era sabido das mazelas subsequentes a serem enfrentadas, toda gestão e ordenamento territorial se deu em prol do capital. Assim, o Estado funcionou como incentivador da especulação imobiliária, através do aval para aumento do perímetro urbano e aprovação de grandes loteamentos, além de não exercer seu papel de regulador e garantidor da função social, aqui sendo percebida pela localização distante e segregada dos RUC, o déficit habitacional excludente e também não solucionado pelo programa Minha Casa, Minha Vida e o não cumprimento da condicionante de fornecimento de água e esgoto, tida como obrigatória para a construção da UHE Belo Monte, pela concessionária Norte Energia.

Assim, a configuração dispersa da cidade e suas dificuldades trazem a tona sobre em que pese o crescimento econômico de Altamira representou um real desenvolvimento social para sua população, uma vez que seu crescimento, medido através do perímetro urbano, só agravou as desigualdades sociais e deixou sua população carente mais excluída dos locais e serviços existentes na cidade.

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 9, n. 2, 2007.

ALTAMIRA. Lei Municipal nº 1518, de 16 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial de Altamira**, Altamira-PA, 16 dez. 2003.

ALTAMIRA. Prefeitura Municipal; PROJECTUS. **Relatório do plano diretor**. Altamira, 2003

ALTAMIRA. Prefeitura Municipal; **História de Altamira**. Altamira, 2015. Disponível em: <<http://altamira.pa.gov.br/portal/historia/>>. Acesso em: 02 de nov 2023

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

BORSODORF, Axel. **Cómo modelar el de desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana**. *Eure*, Santiago, v. 29, n. 86, p.7-49, mayo 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 6766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**.

CATALÃO, Igor. **Dispersão urbana**: apontamentos para um debate. *Revista Cidades*, Rio Claro, v. 12, n. 21, 2015.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, Ricardo Lima. *Produção do Espaço Urbano: Análise do Papel de Parcelamentos do Solo Urbano como Estruturadores da Expansão Urbana de Altamira – PA*. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira-PA, 2022.

ESTRONIOLI, Elisa. **Altamira (PA) ainda sofre com falta de água 6 anos após licença de operação de Belo Monte**. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/altamira-pa-ainda-sofre-com-falta-de-agua-6-anos-apos-licenca-de-operacao-de-belo-monte>>. Acesso em: 5 set 2023.

G1 Pará. **Moradores de Altamira atingidos pela Usina de Belo Monte reclamam de falta de água**. 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2022/08/31/moradores-de-altamira-protestam-pela-falta-de-agua-em-bairros-do-municipio.ghtml>. Acesso em 8 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Hierarquia urbana e região de Influência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área Urbanizada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.



ISA, MAB. **Nota Técnica: Panorama sobre o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Altamira (PA).** Altamira, PA: [S.n.], 2022, 32 p.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. De Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 1992.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa, mais uma forma de expressão urbana? Formação, Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, vol. 1, n. 14, p. 31-45, 2011.

LOBO, Marco Aurélio Arbage; Tourinho, Helena Lúcia Zagury; COSTA, Ériko Fabrício Nery da. 2017. Urbanização, Banização, **Dispersão Urbana e Estrutura Intraurbana de cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira (PA).** Boletim de Geografia, Maringá, v. 35, n 1, p. 43-63, 2017.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da usina belo monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. de; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA): novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 34–52, 2018. DOI: 10.5216/ag.v11i3.33766.

MIRANDA NETO, J. Q. Grandes Projetos e a “Janela Imobiliária”: a estratégia espacial das incorporadoras em Altamira-PA durante a construção da UHE Belo Monte. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. esp., e2023.10, 2023.

NAHUM, J. S. Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 17-31, 20 abr. 2012.

OJIMA, Ricardo. Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 2007. 166f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlo W. **Amazônia, amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

REIS, N. G. **Dispersão urbana e modernização capitalista.** Revista Cidades, Rio Claro, v. 12, n. 21, 2015.

REIS, N. G. **Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2007

SOARES, Darismar Silva. **A cidade desigual e a segregação planejada: o caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira – PA.** 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira-PA, 2022.

SPOSITO, M. Encarnação B. **Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano.** Revista Cidades, Presidente Prudente, vol. 7, n. 11, p. 125-147, 2010



SPOSITO, M. Encarnação B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS FILHO, Nestor G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009, p. 35-54.

SILVA, Henrique Marques Ribeiro da. **Afluxo populacional e monitoramento de aspectos socioeconômicos- UHE Belo Monte**: lições para o licenciamento ambiental federal de grandes hidrelétricas na Amazônia. 2020. 29 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020.

TRINDADE JR, S. C. **Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa**. Revista Cidades, Rio Claro, v. 12, n. 21, 2015.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. **Altamira e sua história**. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012. STEINEN, 1942.